



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

DOI 10.17564/2316-3828.2016v4n3p43-50

---

## IMBRICAÇÕES ENTRE CIDADANIA E EDUCAÇÃO

---

Olivia Cristina Perez<sup>1</sup>

### RESUMO

Cidadania está relacionada à conquista de direitos civis, políticos e sociais. A educação, por sua vez, tem como função primordial socializar os indivíduos, incutindo normas e valores. No entanto, ambos os processos viraram sinônimos de produtividade, deslocando os seus significados originais. Ademais, a educação tem sido considerada a única responsável pela conquista de uma sociedade justa e igualitária. A presente reflexão teórica aborda a contribuição da educação para a conquista da cidadania, embora apenas a educação não seja capaz de resolver a desigualdade social.

### PALAVRAS-CHAVE

Cidadania. Educação. Escola.

## ABSTRACT

Citizenship is related to the achievement of civil, political and social rights. Education, in turn, has the primary duty of socializing individuals instilling norms and values. However, both processes have become synonymous of productivity, shifting their original meanings. Moreover, education has been considered solely responsible for the achievement of a just and egalitarian society. This theoretical reflection addresses the contribution of education to the achievement of citizenship, although only education is not able to solve social inequality.

## KEYWORDS

Citizenship. Education. School.

## RESUMEN

La ciudadanía se relaciona con el logro de los derechos civiles, políticos y sociales. La Educación, por su parte, tiene el deber primordial de socializar individuos inculcar normas y valores. Sin embargo, ambos procesos se han convertido en sinónimo de la productividad, **desplazando sus significados originales**. Por otra parte, la educación ha sido considerada la única responsable por el logro de una sociedad justa e igualitaria. Esta reflexión teórica se refiere a la contribución de la educación para el logro de la ciudadanía, aunque sólo la educación no es capaz de resolver la desigualdad social.

## PALABRAS CLAVE

Ciudadanía. Educación. School.

## 1 INTRODUÇÃO

No senso-comum, cidadão é aquele que trabalha, produz, elege seus representantes e contribui com a sociedade. Já o papel da educação é aumentar a produtividade do país. Em ambas as concepções a lógica do mercado prevalece, segundo a qual todos os esforços da sociedade devem ser voltados para a produção e reprodução do sistema capitalista. O cidadão é aquele que reproduz o *status-quo* e a educação deve ter a mesma finalidade.

No entanto, cidadania é a garantia de direitos básicos que alteram a redistribuição de poder e riquezas de uma sociedade. Já a educação, quando colocada como forma de conscientizar os educandos acerca do seu papel transformador no mundo, pode alterar a lógica de reprodução das desigualdades. Embora tão importante, a prática da educação para a conquista da cidadania vem se perdendo. A educação foi alçada à solução para as injustiças sociais. São essas exigências contraditórias que serão expostas na presente reflexão.

## 2 CIDADANIA E EDUCAÇÃO: O DESLOCAMENTO DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS

Cidadania, segundo a formulação clássica de Marshall (1967) é a conquista de direitos civis, políticos e sociais. O pensador se inspirou no caso inglês para provar a sequência da conquista de direitos: no século XVIII foram conquistados os direitos civis relacionados às liberdades individuais dos cidadãos; no século XIX os cidadãos exigiram direitos de participar da condução do governo e conquistaram direitos políticos; já no século XX foi a vez da conquista de direitos básicos para a sobrevivência humana – os direitos sociais, como garantia de alimentação, saúde e educação.

No caso brasileiro, de acordo com Carvalho (2001), essa sequência foi invertida. Durante a ditadura Vargas, os direitos sociais, em especial aqueles refe-

rentes às leis trabalhistas, começaram a se desenhar e foram se ampliando durante a ditadura militar; no próprio regime militar as eleições eram permitidas, aludindo aos direitos políticos; e só depois da redemocratização é que os direitos civis foram conquistados.

Esse quadro de direitos básicos não é estático. Bobbio (2004) explica que outras gerações de direitos vão sendo exigidas e conquistadas com as transformações em curso. Inclusive, já teríamos uma terceira geração focada nas questões ambientais e ainda uma quarta ligada à biotecnologia.

Em que pese o conjunto de intelectuais preocupados com a definição e esclarecimento do conceito “cidadania”, o termo é usado hoje em dia como sinônimo de algumas atividades: votar, trabalhar e doar. Como explicou Dagnino (1994), houve um ressignificação do conceito de cidadania, segundo a lógica do mercado: ao invés da conquista de direitos, cidadão é aquele que produz. Esse deslocamento do termo fica mais contundente à medida que campanhas para a doação de dinheiro ressaltam que tal atitude representa a conquista da cidadania. Nesse sentido, cidadão é aquele que doa para as organizações da sociedade civil, contribuindo para a diminuição das mazelas sociais, ao invés de cobrar do Estado a garantia de direitos básicos.

Com a educação também ocorre deslocamentos de significados. Educação pode ser entendida de forma ampla como os valores e regras de conduta repassadas pelos pais, assim como a interação com o meio social que contribui para a formação de cada ser humano. Nessa acepção, caberia à escola parte do processo, na medida em que lá se aprenderiam os conhecimentos formais voltados para o mercado de trabalho. Logo, mesmo nesse sentido amplo, a escola já teria a função de formar o indivíduo para o exercício de determinadas profissões. Aos pais e à sociedade caberia a transmissão de valores morais.

Ocorre que hoje toda a responsabilidade pela transmissão de condutas éticas e resolução dos problemas sociais é imputada à escola. Mas só a responsabilidade, pois o ensino ainda é voltado para a reprodução da mão de obra trabalhadora. Assim sendo, o senso-comum atribui à escola uma função muito maior do que ela desempenha na prática.

Cobra-se da educação a resolução das desigualdades sociais no Brasil. É comum a mídia reproduzir o discurso de que a saída para todas as mazelas brasileiras estaria na educação. Quase todos os políticos fazem questão de apontar a educação como prática salvadora – embora não se saiba muito bem a respeito de qual tipo de educação estejam se referindo.

No entanto, a educação não pode sozinha resolver as mazelas do país. Um país com extrema desigualdade de renda- já foi o primeiro, hoje está entre os doze mais desiguais – fruto de um passado colonialista e escravocrata e de uma imbricação entre política e poder econômico não consegue ter na educação a redenção esperada. O discurso que coloca a educação como a solução para os problemas do Brasil omite que o maior problema do Brasil, como bem aponta Severino (2000), **é a desigualdade social.**

Os escritos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) auxiliam na compreensão dessa questão. O modelo de escola exclui o aluno de origem pobre. Por não possuir conhecimento anterior, ou capital cultural, tal aluno não se destaca nos padrões avaliatórios e acaba sendo alijado do sistema escolar. Pense no caso de uma prova de história em que é exigido o conhecimento socialmente aceito como correto – o das elites. O aluno que se sairá melhor é aquele que já teve contato com o conteúdo no seu círculo familiar e social. Aquele que nunca teve contato com o conhecimento tido como correto não se sairá bem na prova. Após sucessivos fracassos, esse último aluno pode abandonar a escola. Portanto, a escola não acaba com a desigualdade social, mas a reproduz.

Claro que a educação tem um papel transformador nas sociedades. Ela pode ser capaz de conscientizar os cidadãos acerca do seu papel transformador. Ela pode ensinar instrumentos para a alteração do *status quo*. Ela pode contribuir com a mudança social. Como muito bem apontou Paulo Freire (2000), a escola pode ter um papel de transformação. Inclusive, Paulo Freire, propôs uma forma de ensinar que valorizasse os saberes dos educandos e a cultura popular. A pedagogia freireana preocupava-se com a formação de sujeitos autônomos que interferissem na sua realidade, e não meros reprodutores de um conhecimento homogeneizado e pensado pela e para as elites. E é importante resgatar, segundo a qual a educação:

[...] pode também desmascarar e aguçar a consciência dessas contradições, contribuindo para sua superação no plano da realidade objetiva. Se a educação pode ser, como querem as teorias reprodutivistas, um elemento fundamental na reprodução de determinado sistema social, ela pode ser também elemento gerador de novas formas de concepções de mundo capazes de se contraporem à concepção de mundo dominante em determinado contexto sociocultural. (SEVERINO, 1986, p. 96 APUD SEVERINO, 2000, p. 71).

Para tanto a escola precisa ter como meta o ensino conscientizador que contribua para uma sociedade justa e democrática. De fato, os educadores brasileiros vêm chamando a atenção para esse papel da educação há tempos. Embora a escola desde seu início na era moderna sirva aos interesses de reprodução da mão de obra treinada, muitos foram os educadores que defenderam o papel da educação para a contribuição de uma sociedade mais justa. Rodrigues (2008) perfaz em seu texto a trajetória dos pensadores brasileiros a partir da década de 1970 que propuseram avanços para a educação. Do seu relato é possível vislumbrar o quanto a preocupação com a educação brasileira é importante e quantas boas propostas já foram feitas.

Ao retomar o debate desde as décadas de 1970 e 1980, Rodrigues demonstra que desde essa época já havia uma preocupação com a educação crítica que

visasse mais a consciência social do que a preparação do trabalhador para o mercado de trabalho. Ou seja:

[...] a produção teórica no campo educacional entre meados da década de 1970 e a década de 1980 concentrou-se na crítica ao processo de homogeneização que vinculava a educação como mais uma engrenagem no funcionamento da produção capitalista. Essa crítica denunciava as contradições proporcionadas por uma educação voltada a formar mão-de-obra para ingressar no mercado de trabalho, indiferente às realidades e processos sociais, culturais, éticos, estéticos e valorativos que caracterizavam a formação social brasileira. (RODRIGUES, 2008, p. 1).

Logo, enquanto o Estado Militar se preocupava em formar mão de obra para a indústria e o comércio, os teóricos já propunham uma educação voltada à consciência das diferenças da nossa sociedade. Em suma, havia uma educação homogeneizadora percebida pelos intelectuais. Como saída, os mesmos ressaltavam a importância de ensinar o respeito à diversidade brasileira.

Outra preocupação dos educadores dizia respeito aos altos índices de evasão e repetência responsáveis pelo fracasso escolar (RODRIGUES, 2008). Tais problemas já eram percebidos como um processo de exclusão feito pelo sistema educacional que, ao privilegiar determinados saberes em relação a outros, acabava por excluir quem não possuía o capital cultural valorizado pela escola.

Nota-se que a preocupação com uma educação democrática, que valorizasse os saberes populares e a diversidade brasileira, já existia, não obstante sua concretização seja ainda hoje tema de debates e de propostas. Conforme pontua Rodrigues (2008, p. 5):

A década de 1980 foi fértil no sentido de atribuir à educação pública a constituição e valores capazes de formar sujeitos coletivos e individuais voltados para a construção de projetos emancipatórios para a sociedade. Autores como Saviani (1983), Fernandes (1989) e Cunha (1991) expressam em seus trabalhos diferentes dimensões de uma educação em busca do aprofundamento do processo de democratização pelo combate ao clientelismo, ao privatismo e ao autoritarismo.

O próprio Rodrigues (2008, p. 12) aposta na articulação entre: “[...] educação, diversidade cultural, pluralismo de valores e a diferenciação identitária”. Caberia à escola superar a homogeneização – processo educativo para formar consumidores, padronizar comportamentos e selecionar aptidões – e apostar na educação voltada para o respeito à diversidade. Para tanto, seriam necessárias “[...] metas e estratégias que potencializem as diferenças culturais em torno de uma proposta político-pedagógica pautada na crítica e na superação das desigualdades sociais” (RODRIGUES, 2008, p. 12).

E aqui se apresenta um dos problemas na relação entre a escola como reprodutora da mão de obra treinada e a escola como formadora de sujeitos críticos e ativos: desde a institucionalização do sistema de ensino como o conhecemos hoje, a escola serviu ao sistema capitalista. Foi na revolução industrial que a educação passou a ter função de formação de mão de obra para as empresas capitalistas. Ou seja:

Com a Revolução Industrial, na Idade Moderna no início do século XVIII e sua expansão no século XIX, houve uma ruptura com a produção artesanal e, conseqüentemente, a mudança na tecnologia. A divisão do trabalho, a intensificação de linhas de montagem instituída pelo fordismo e taylorismo demandaram da educação novas responsabilidades para a formação da mão de obra que pudesse atender às necessidades da produção industrial. A disciplina, a organização, o domínio da leitura e da escrita e as noções básicas de matemática eram os requisitos básicos para a operação das máquinas pelos operários. (PINTO, 2011, p. 318).

Em outras palavras, embora se espere da escola o papel de transformadora da realidade, ela serve também à reprodução do sistema capitalista.

Atualmente, a cobrança pela produtividade da escola está mais acentuada. Segundo Peroni (2009, p. 2) “a política educacional é parte da redefinição do papel do Estado [...]”. A função social da escola estaria sendo proposta por organismos internacionais e empresários que esperam que a escola atenda ao setor produtivo.

Um exemplo dessa cobrança são os testes que avaliam comparativamente os sistemas públicos, particulares e estrangeiros. Conforme Coelho (2008), os sistemas de avaliação como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) fazem parte de um modelo de Estado gestor e técnico; traços do Estado neoliberal. Ainda segundo Peroni (2009, p. 7), a avaliação como medida de qualidade do ensino:

[...] é uma total inversão ao objetivo proclamado das avaliações institucionais, que deveriam ser diagnósticas, dando elementos para a elaboração de políticas e, ao contrário, acaba por ser meritocrática, culpabilizando as escolas e mais especificamente os professores pelo sucesso ou fracasso escolar, como se o sistema público não fosse responsável pela rede de escolas e sua qualidade.

As escolas brasileiras, particularmente as públicas, não se saem bem nesses testes, e aí cresce a cobrança da sociedade e dos gestores por maior eficiência. A avaliação introduz no sistema educacional uma competição entre os alunos e entre as escolas. Trata-se de uma prática educacional voltada ao desempenho quantificável (COELHO, 2008). Testes como SAEB e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) medem conhecimentos técnicos e elevam a nota, verbas e olhares para as escolas que se saem bem. Sob o discurso da eficiência, atribui-se um novo papel à escola pública.

E aí reside outro problema: o senso-comum espera da escola o papel de transformação social, mas a própria sociedade cobra mais desempenho técnico. Assim, a escola sobrecarregou-se de tarefas, apresentando no discurso o compromisso com ideais republicanos e na prática o foco na preparação de alunos que se sairão bem em testes, como demonstra a pesquisa de Alves e outros autores (2010, p.150) em que os autores concluem no seguinte sentido: “Verificou-se que os discursos dos gestores apresentavam a contradição social que atribui à escola a função de formar o aluno para assumir a condição de cidadão, mas atribui ao termo cidadão o significado de adequação ao mercado de trabalho”.

Esse excesso de funções e mau cumprimento de todas elas culminam em uma crise da escola. Hoje ela vem incorporando práticas que levam o projeto educacional a uma preparação para a mão de obra técnica que propicia a expansão do sistema capitalista, tais como:

O uso de apostilas de empresas educacionais nas redes públicas, as propostas de eficiência do processo de educação público [...] e o estabelecimento de recompensas pelo alcance individual de metas/objetivos de “produtividade”, por parte dos professores. (ALVES ET AL., 2010, p. 156).

Porém, perde-se o papel de educar no sentido de interiorização de valores democráticos com vistas à justiça social.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão teórica abordou a cidadania e a educação como importantes processos conquistados pela sociedade no sentido de transformação da realidade social com melhora de bem-estar dos cidadãos. No entanto, esses processos estão sendo associados à produtividade, o que inverte seu sentido original e seu significado na construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, repensar o papel da educação é fundamental para resolver esses dilemas, envolvendo as cobranças e o que, de fato, a escola oferece. Quando a escola assumir – no projeto e na prática – o papel de transformadora da realidade, a educação servirá para a conquista da cidadania na lei e na prática. Está aí a grande imbricação entre educação e cidadania: a cidadania é conquistada por sujeitos conscientes do seu papel ativo na transformação do mundo. E a educação pode formar tal consciência.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Cecília Pescatore *et al.* Educação e Mediação: apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo;

- ALVES, Cecília Pescatore (Org.). **Políticas públicas & desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p.137-170. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/j8gtx/pdf/pimenta-9788578791216-08.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: aval. públ. Educ.** [online], v.16, n.59, 2008. p.229-258. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362008000200005>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.195-216.
- FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. São Paulo: Zahar, 1967.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **Políticas Públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado**. In: QUARTIERO, Elisa Maria; SOMMER, Luís Henrique (Org.). **Pesquisa, educação e inserção social olhares da região sul**. Canoas: Ulbra, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.unifei.edu.br/moodle/mod/resource/view.php?id=20810>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- PINTO, Ivany. A Pós-Modernidade: uma escuta sobre a nova cultura da Aprendizagem na Escola. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel, (38), Janeiro/Abril 2011. p.315-333. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1573/1459>>. Acesso em: 1 ago. 2014.
- RODRIGUES, Rubens Luiz. **Democratização e cultura no debate educacional brasileiro: tensões e articulações entre igualdade e pluralidade**. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN05%20RODRIGUES,%20R.L.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- SEVERINO, Antônio J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo Perspec.**, v.14, n.2, São Paulo, jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 ago. 2014.

---

Recebido em: 17 de novembro de 2014  
Avaliado em: 17 de dezembro de 2014  
Aceito em: 20 de abril de 2015

---

**1. Doutora em Ciência Política – USP. Professora titular na Universidade Paulista – UNIP/Santos. E-mail: oliviaperez@yahoo.com.br**